

UM JORNALISMO PARA O NORDESTE

Luis Sérgio Santos (*)

O incontestável poder dos meios de massa junto à mobilização ideológica e mercadológica fazem com que veículos como o rádio, o jornal e a televisão sejam indispensáveis num processo de conscientização e denotação de força política em prol de interesses comunitários.

A situação de penúria da região Nordeste do Brasil urge uma tomada de consciência massiva para que o homem, notadamente o homem rural, assuma uma postura crítica ante a realidade, passando a ser um agente ativo dessa realidade e concorrendo substancialmente para mudanças estruturais e conjunturais a partir da base.

A ação popular da Igreja através das Comunidades Eclesiais de Base, por exemplo, constitui elemento importante na arrancada do processo de conscientização e mobilização popular. O discurso da Igreja deixou de ser essencialmente ontológico. Agora ela busca dar ao homem uma consciência de sua dimensão cósmica enquanto ser catalisador no Planeta. Essa ação da Igreja é responsável por um despertar crítico localizado a partir de preceitos básicos da Humanidade ao apelar, também e até, para o próprio instinto de sobrevivência do Homem. As questões de terra tão marcantes em toda região Nordeste, a expropriação do homem do seu solo nativo, da sua própria região, através do êxodo promovido mesmo por organismos oficiais, fazem com que a retomada

(*) Professor do Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia da UFC. Secretário de Redação do *Diário do Nordeste*, de Fortaleza-Ceará, Jornalista.

desse homem enquanto ser pensante seja o referencial básico para um novo tempo.

O instrumento de mobilização da Igreja, entretanto, é a comunicação interpessoal, através da palavra de seus pregadores para audiências localizadas. A partir daí se processa uma reação em cadeia onde a propagação das idéias se faz de maneira progressiva mas nem sempre sistemática.

Além das dificuldades inerentes à região, urge o desenvolvimento de um código de comunicação compatível com o universo lingüístico do público alvo.

O Nordeste é uma região dominada. Nessa perspectiva os meios de massa são instrumentos dessa dominação. Qualquer tentativa de mudança deve ser processada pela base da sociedade com reformas que impliquem a reestruturação do espaço social, político e geográfico.

Na 22ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada em Itaici, São Paulo, no último mês de maio, foi denunciado no documento final o seguinte quadro:

“Os grandes latifundiários da Região (Nordeste), através de seus braços políticos, controlam todos os níveis da decisão e de intervenção, desde Brasília até o último município, passando pelos governadores e pela Sudene, contando com ministros e uma rede capilar de cabos eleitorais e pistoleiros.

“E os líderes políticos da região não se esforçam em mudar a situação nordestina de maneira definitiva, porque estas políticas de combate às secas sempre vieram ao encontro dos seus interesses.

“Esta sociedade autoritária e elitista, investida de todo o poder econômico, desenvolve um sistema econômico nunca pensado a partir do povo pobre, mas, sim, a partir dos interesses do mercado e do lucro”.

Ao invés de uma reação positiva em defesa intransigente da autonomia da região, os meios de massa chegam mesmo a alimentar as especulações em torno de investimentos que nunca se efetivam no montante anunciado. E denúncias incisivas como as da Igreja, por exemplo, não têm a devida acolhida porque funcionam como metralhadora giratória em defesa das classes subalternas.

Vale a pena, por isso, uma retrospectiva da realidade recente do Nordeste e as “tentativas” de erradicar a miséria na região.

As verbas destinadas ao Nordeste diminuíram, ao invés de crescer. Estudo realizado pelo Banco Interamericano de

Desenvolvimento conclui que os recursos *per capita* destinados ao Nordeste pelo Governo Federal representavam em 1975, data do último orçamento regionalizado, 36 por cento da média nacional. Daí para a frente houve uma defasagem progressiva a ponto de, em 1980, o orçamento destinado ser 30 vezes inferior ao custo real do dinheiro. Assim, apesar da inflação, em 1980 o orçamento era inferior ao de 1978. Em 1978 a região Nordeste recebeu Cr\$ 18,9 bilhões e em 1980 apenas Cr\$ 15,9 bilhões, a preço do dinheiro de 1980. O BIRD enumera problemas criados por atrasos na liberação tão comuns quando se trata de recursos para o Nordeste. Esses atrasos são responsáveis em muito pelo distanciamento entre as metas previstas e as atingidas.

Além disso, existe a frieza estabelecida do Governo Federal em relação à região. A ponto de indignar o governador do Ceará, Luiz Gonzaga da Fonseca Mota, logo que este iniciou sua caminhada por entre lobos e águias da política nacional. E no auge de seu entusiasmo Gonzaga Mota bradava: "Ou se muda decididamente a forma de encarar o Nordeste, a partir de uma visão própria da região, ou o resto do país vai continuar ouvindo os desesperados clamores que marcam, ao longo das décadas, a saga nordestina".

Poucos estão interessados nesse desafio de Gonzaga Mota. Muitos, entretanto, tomam a região como quintal do Brasil, num paralelo à política norte-sul.

O tratamento dispensado à região Nordeste é algo absolutamente desolador e discriminatório. Com 30 por cento da população brasileira, o Nordeste só representa 11 por cento para a formação do Produto Interno Bruto nacional. A renda *per capita* regional equivale a apenas 36 por cento da renda *per capita* do País. Quanto aos salários, 34 por cento da população economicamente ativa do Brasil percebe mensalmente até um salário mínimo. No Nordeste, a percentagem dessa categoria é de 61 por cento. Mas o fator que mais evidencia a dependência e a dominação é o índice de analfabetismo na região: 48 por cento dos analfabetos do Brasil estão localizados na região Nordeste. E, afinal, nessa conjuntura, não se poderia esperar mais que uma expectativa de vida de 43 anos, 15 anos a menos que a expectativa de vida estimada para o resto do País.

O comportamento do Estado ante o problema da seca, então, é secular. Há cerca de 100 anos são aplicados recursos vultosos "para combater as secas". Se na realidade essa aplicação ocorresse efetivamente o Nordeste seria uma re-

gião rica. O que se vê, entretanto, é a acentuação do *status quo*, com a solidificação do latifúndio e o aprofundamento da dependência. O controle de poucos sobre muitos.

O Nordeste já estaria salvo se pelo menos a metade das siglas criadas em sua defesa fosse séria. Projetos, então, não faltam. São tantos que chegam a se sobrepor e a se chocar. Servem, efetivamente, para ocupar espaços nos meios de massa, numa dosagem maciça de propaganda institucional para o Governo. O noticiário torna-se especulativo e promocional e gira basicamente em torno de organismos oficiais e de pessoas. Assim, a força do capital se sobrepõe à uma almejada autenticidade dos projetos. Os espaços pagos nos meios de massa sufocam qualquer questionamento a respeito de procedimentos de execução. Para o Nordeste, já tivemos, entre outras siglas, algumas das quais persistem estas: Sudene (criada em 1959), Polonordeste, Procanor, Pró-Hidro, Projeto Sertanejo, Programa de Irrigação, Programa de Desenvolvimento da Agroindústria, Programa de Assistência aos Municípios e tantas mais. E abrem-se manchetes como esta: "Projeto pretende erradicar pobreza absoluta em 15 anos".

O primeiro dos chamados projetos especiais para o Nordeste foi o Polonordeste, em 1974, orquestrado por uma *mídia* poderosa. Se propunha a atender proprietários de até 100 hectares, redistribuir terras, fazer obras de infra-estrutura, criar cooperativas e ajudar na organização da comercialização dos alimentos produzidos. Das metas traçadas para o Polonordeste foram atingidas prioritariamente as que envolviam nomes de políticos, como secretários de Estado e ministros. As propostas sociais começaram a definir com a queda do orçamento previsto em 40 por cento. O comportamento da imprensa foi passivo, sempre portando-se como intermediária das informações oficiais. Assim é que o Polonordeste representou ainda mais a consolidação de currais eleitorais localizados e o fortalecimento de economias ascendentes com evidente acesso ao crédito e o domínio da burocracia através da influência política.

Os seis programas especiais criados pelo Governo para tirar o atraso de 3 milhões de famílias pobres na zona rural do Nordeste fracassaram nos seus objetivos. Esses fracassos demonstram a fragilidade e irresponsabilidade que marcam o desenvolvimento dos programas com a acentuação dos desvios de verba e o benefício dirigido ao latifúndio para onde se canalizam a maioria das obras.

Em paralelo, são desenvolvidas junto aos meios de massa campanhas institucionais custeadas com o próprio dinheiro da Nação com o objetivo de desinformar — ao invés de informar —, e de fazer calar a comunidade jornalística através de pressões econômicas que cerceiam o acesso à informação. Agora mesmo, são evidentes as dificuldades de acesso ao dossiê de informações que baseiam o Projeto Nordeste — um investimento de US\$ 15 bilhões em 15 anos —, como constata repórteres da sucursal de *O Estado de S. Paulo* em Recife.

Do Polonordeste, somente 6 por cento da meta original quanto ao uso e à posse da terra foram atingidos, segundo o BIRD. O programa cresceu mais no que estava fora dos planos, exatamente na consolidação de uma infra-estrutura com características eleitoreiras e de benefício direto a médios e grandes proprietários: atingiu 76 por cento da meta de distribuição de energia elétrica e 115 por cento da meta de construção de estradas.

Quanto ao item represamento d'água, um projeto mais recente de ocupação de mão-de-obra, os bolsões da seca, foi um fiasco. O exemplo recente das chuvas de 1984, que levaram a maioria dos açudes e barreiros construídos por esse programa, chega a ser humilhante. Não para o Governo. E, quando esses programas dão certo em alguma área, beneficiam proprietários estabilizados e não os pequenos produtores, como constata o próprio Banco Mundial. É o BIRD quem assegura que programas serviram para expulsar gente, ao invés de empregar. Somente um projeto do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, o de Morada Nova, no Ceará, expulsou 20 mil pessoas para acomodar três mil. Ressalte-se que o DNOCS investiu bastante em comunicação social — através da produção de folders e da veiculação de material institucional em meios massivos — como o rádio, a televisão e o jornal —, para ressaltar o caráter social do projeto. Essa mídia integrava um arrojado projeto de comunicação social reforçando a imagem benfeitora do organismo oficial.

Sobre o Pró-Hidro, os próprios relatórios oficiais não chegaram a negar as evidências do fracasso. As metas estabelecidas não são alcançadas e, quando se efetivam em algum ponto da região, são para beneficiar particulares e não o público em geral. Assim é que em 1980, 75 por cento das metas previstas para a construção de açudes particulares estavam alcançadas contra 25 por cento dos açudes públicos previstos.

A dependência da região é acentuada ainda mais quando os 35 milhões de brasileiros do Nordeste tornam-se impotentes nas mãos dos 397 parlamentares que os representam no Planalto. O que seria de princípio uma força somada ao anseio regional passa a ser um empecilho ao desenvolvimento da região ao absorverem a ideologia do Estado e reproduzirem-no defendendo políticas econômicas que esmagam o Nordeste. Politicamente, existe a preocupação de deputados e senadores da região em disputarem para si os méritos de liberação de verbas para o Nordeste. Com isso conseguem espaços nos meios de *massa*. É a chamada briga pela representatividade da região.

O exercício dessas políticas só é predatório para o Nordeste. O adesismo dos políticos aos domínios do poder central chega ser fatal. Essa compactuação e inércia política — em paralelo à passividade das pressões populares —, são responsáveis pela acentuação da falência da região. Nos últimos 73 anos o que veio em dinheiro para o Nordeste corresponde a 10 por cento do que o Governo gastou em Itaipu.

O economista Rômulo de Almeida é da opinião de que, “enquanto o Nordeste for uma área política dominada, não poderá conquistar uma integração pela participação”. Rômulo de Almeida é fundador do Banco do Nordeste do Brasil. Um banco que, aliás, está mais para o Brasil que para o Nordeste.

E o deputado federal Paulo Lustosa, do PDS cearense, vai além ao afirmar que “o Nordeste precisa de uma ideologia que aglutine suas forças, que tenha bases populares e que motive uma política capaz de gerar uma grande pressão. Esse movimento seria então canalizado para modificar as relações entre a região e o poder central. Num projeto dessa envergadura da proposta de Paulo Lustosa, torna-se implícita a participação efetiva de *meios* de massa engajados no sentido de disseminar a ideologia proposta e de conduzir o processo de mobilização popular. Para Lenin não existe revolução sem a “cobertura” de um organismo de comunicação que assuma as idéias e as defenda com unhas e dentes. “O sistema de imprensa serve para a agitação e a propaganda, entendendo-se que a propaganda está a nível dos comandos intelectualmente superiores e, portanto, menores, enquanto que a agitação está a nível da massa”. Lenin, à sua época e ao seu modo, dispunha do *meio* imprensa.

Existe uma preocupação de denúncia para o estado de emergência permanente que é a região Nordeste. O articulista Leslie Gelb, do *The New York Times*, é da opinião de que

“o fato como é tratado o problema das secas demonstra o despreparo ou o descaso do Governo para um fenômeno cíclico que perdura há mais de um século. Não é concebível que a Sudene, o Banco do Nordeste e o DNOCS não tenham ainda estabelecido uma estratégia com embasamento técnico para enfrentar as secas”.

O próprio presidente da República, general João Baptista de Oliveira Figueiredo, vai à televisão para anunciar, em setembro de 1983, que existe uma folha de pagamento mensal de Cr\$ 30 bilhões para 2 milhões de trabalhadores do Nordeste no programa “bolsões da seca”. Os meios de comunicação, orquestrados pela televisão através do programa da Rede Globo, “O Povo e o Presidente”, colocam essa informação em relevo como um grande benefício social do Governo. Entretanto, trata-se de uma má administração de fundos. Essa verba serve apenas para a manutenção do miserável estado de flagelo. Estratificada, para cada trabalhador resta Cr\$ 15 mil mensais. Isso sem contar os desvios e as ingerências da verba em benefício de políticos. Talvez seja por isso que o articulista do *The New York Times*, preocupado com a nossa realidade, afirme ser esse programa “mais uma alternativa política e nunca uma solução que resista a uma análise mais profunda”.

O quadro calamitoso e corrupto não é mais novidade para muitos. Mas é preciso que os meios de massa assumam uma bandeira do Nordeste. A espoliação do Nordeste é a consequência de um colonialismo que data do início da República.

Na 22ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada em Itaici no último mês de maio, foi reiterada a condição espoliada do Nordeste dominado. “O Nordeste não aconteceu: foi produzido e é o resultado da ação política das classes dominantes brasileiras, que atuam, no País, em função da dinâmica do capitalismo mundial”. A Igreja grita contra o estado a que foi relegado a região. E na última reunião das regionais nordestinas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência concluiu-se que “os problemas do Nordeste resultam menos de condições climáticas adversas mas de uma insensata política secular de planejamento de soluções para a região”.

Existe, portanto, uma preocupação efetiva do povo nordestino, notadamente das comunidades científicas, para com o estado de indigência da região. Entretanto, essa preocupação não obtém ressonância e se processa de maneira descontínua devido à falta de articulação por um movimento ósten-

sivo, como foi, por exemplo, a mobilização nacional em favor das eleições diretas-já. A nível nacional pró-Nordeste tivemos a campanha promovida pela Rede Globo, "Nordeste-Urgente", limitada ao atendimento emergencial aos flagelados da seca na iminência de morte por inanição. O espetáculo pela TV teve resposta imediata — uma característica básica do meio. Não houve, porém, a sustentação. Assim, a comunidade nacional mobilizada pela emoção, através de uma consciência superficial, viu o problema do Nordeste resolvido ao final da maratona de 12 horas pela TV. Também em setembro de 1983 o poderoso meio de massa que é a televisão, ainda através da Rede Globo, promoveu uma série de debates sobre o Nordeste, na efervescência da campanha "Nordestinos". As questões afloradas clarearam um pouco as mentes mas a continuidade do debate não aconteceu. Nesse *boom* de debates sobre a região aconteceu em Fortaleza o seminário "Discutindo o Nordeste".

O posicionamento dos meios de massa em relação ao Nordeste é marcado por elementos que merecem reflexão. As grandes agências noticiosas do país, Agência Jornal do Brasil, Agência Estado, Agência Globo e Agência Folhas, estão localizadas no eixo Rio-São Paulo. A distribuição nacional de informações sobre o Nordeste se processa por via indireta. O fluxo de notícias originárias da região, através de correspondentes e sucursais, é controlado pelas matrizes que fazem a distribuição a partir de uma triagem e, às vezes, dando um novo enfoque. Não existe, portanto, uma agência de notícias do Nordeste.

Sabemos que a agência de notícia exerce um grande papel na elaboração editorial de um jornal e nos noticiários da mídia eletrônica. A velocidade da produção industrial permite um crédito total às informações via agências noticiosas. Trata-se pois, de um elemento fundamental por somar todo o esforço de uma equipe com o propósito único de distribuir as mesmas informações para centenas de veículos (assinantes).

Enquanto os grandes jornais nacionais têm tiragens entre 200 a 300 mil exemplares diários, os jornais do Nordeste não resistem a tiragens que variam de 20 a 30 mil exemplares. Os jornais dos grandes centros têm uma perspectiva nacional a partir de seus pontos de origem. Não existe, portanto, um jornal nacional do Nordeste embora existam os jornais regionais que não prescindem das agências noticiosas vinculadas aos grandes jornais.

O índice de analfabetismo do Nordeste anunciado no início deste trabalho é fator preponderante para transformar o *meio* impresso em reflexo de uma elite cultural e econômica. Some-se a isto o fato de um exemplar de jornal custar o equivalente a 3 por cento do salário mínimo vigente.

O acesso ao *meio* impresso seria facilitado pela erradicação do analfabetismo e por um maior poder aquisitivo do nordestino através do dimensionamento da capacidade produção/consumo que implicaria em marcantes reformas em todos os níveis.

Ao mesmo tempo os jornais regionais devem assumir personalidade regional, defendendo prioritariamente posturas de interesse regional, sem incorrer, entretanto, em separatismos e sectarismos. A mobilização dos profissionais de comunicação de massa é importante. As tentativas de jornais cooperativos frustram numa decorrência dos altos custos industriais do meio impresso e devido, também, às dificuldades de mobilização da categoria.

O rádio, meio de massa de grande penetração, é, no meio rural, instrumento de alienação através de um programa dirigido atendendo prioritariamente aos interesses de proprietários, na maioria políticos. No meio urbano o rádio foge um pouco à condição alienante, passando mais para a condição de veículo prestador de serviços. A mensagem do meio, de baixo teor cultural, é elemento marcante na estagnação de uma almejada consciência política. É característica desse meio uma programação eclética objetivando a cobertura total da audiência. Isso representa a fomentação mercadológica (consumo) e ideológica onde prevalece a condição intransigente do *status quo*.

Em se tratando da televisão, vivemos hoje a era das redes baseadas nos grandes centros de cultura dominante: Rio, São Paulo e Brasília. Os compromissos comerciais das redes e o centralismo de todas as decisões fazem com que as programações locais sejam relegadas a poucos segundos, sufocando o espaço potencial por onde escoaria a comunicação do Nordeste. A região não tem identidade também aqui.

Superados os problemas do meio, persistiria ainda o problema da mensagem, do desenvolvimento de um código de comunicação através de linguagem compatível com o universo lingüístico da comunidade regional. Os recursos visuais,

de plasticidade envolvente, são ingredientes fundamentais devido às facilidades de decodificação.

A utilização da identidade regional e de argumentos compatíveis com a cultura da terra dão ao *meio* a familiaridade para identidade e consumo ideológicos acentuados. O processo se consolidaria com a reversão do *status quo*, através de uma reforma pelas bases, administrada sob uma consciência política e social.